

Pelo direito ao trabalho com direitos e a serviços públicos de qualidade

Cíclicamente, o capital e as políticas que o servem atacam as condições de vida de quem trabalha e as condições de prestação do trabalho, muitas delas conquistas que são marcas civilizacionais maiores mas que estão sob a mira de quem não quer ver diminuído o ritmo de acumulação da sua riqueza. Em condições políticas que se mantêm favoráveis a esse ataque, a reconfiguração das condições de vida e de desempenho das profissões visa reduzir os custos do factor trabalho na produção, para libertar mais riqueza para as actividades especulativas e para forçar novas áreas de negócio e de lucro.

A destruição de direitos, incluindo o cerco à contratação colectiva, a diminuição dos salários e a precarização dos vínculos laborais marcam uma perigosa situação que é mais do que um ajuste de contas com as conquistas dos trabalhadores ao longo de décadas e décadas: é a via mais directa e oportunista para aprofundar, nestes tempos, a desigual distribuição de riqueza que atinge enormes níveis de exploração.

A precariedade no trabalho aprofunda-se num período de crise do capitalismo e o combate contra ela tornou-se uma questão decisiva na(s) nossa(s) sociedade(s) e na vida de um número avassalador de pessoas. Atinge todos os grandes sectores profissionais; é uma nódoa imensa também sobre o trabalho docente em Portugal.

Os serviços públicos são outra marca maior da evolução das sociedades, instrumento fundamental no combate às desigualdades. Através de uma política fiscal que deveria ser justa, o Estado obtém receitas que deveria destinar a serviços públicos de qualidade crescente e que são uma sua responsabilidade indeclinável, quer do ponto de vista constitucional, quer numa perspectiva de verdadeiro desenvolvimento humano.

Os países que responderam às exigências de serviços públicos num anterior contexto político e económico, avançam agora na sua destruição, obedecendo, por esta via, a comandos políticos para o desvio de meios em favor de uma obsessiva acumulação capitalista e da abertura de apetecíveis oportunidades de mercado a interesses que viram reduzir-se, entretanto, anteriores oportunidades de negócios. Serviços públicos como a Educação ou a Saúde têm sido alvo de calculadas opções de desinvestimento e de degradação, no imediato em nome de equilíbrios de contas públicas, sempre à custa de certas despesas sociais, de seguida canalizando enormes montantes para outros prestadores, enquanto se alega a incerta falta de vocação do Estado para prestar os serviços ou infundadas certezas sobre a melhor capacidade de outros para assumirem as responsabilidades que o Estado deve garantir. No horizonte, a criação de condições para forçar lógicas políticas que pretendem um Estado pouco mais do que pretensamente regulador, já não responsável efectivo pelos serviços e pela sua qualidade de prestação; um Estado ao serviço de grandes interesses que anseiam abarcar apetecíveis áreas de negócios sem risco.

Este, aliás, é um percurso em que, ao longo das últimas décadas, encontrámos sucessivos governos a maiorias parlamentares a despojarem o país do papel estratégico que o Estado devia assumir em múltiplas áreas, desde a prestação de serviços até ao controlo de posições no sector produtivo que hoje faltam para intervir sobre as dificuldades reais da economia. É um caminho a que o actual governo regressa com a apresentação do Programa de Estabilidade Crescimento, retomando a habitual e errada receita da alienação de participações do Estado em empresas que passarão a dar volumosos lucros a particulares e sobre as quais deixa de poder ter o necessário controlo estratégico.

O 10.º Congresso Nacional dos Professores:

- rejeita o percurso de ataque aos direitos dos trabalhadores e às suas condições de trabalho e denuncia as opções políticas que o animam e que estão a ter dramáticas consequências na sociedade portuguesa, e que têm atingido também com violência os professores e as escolas;
- reivindica a valorização do trabalho como elemento central e incontornável das preocupações sociais e das políticas de desenvolvimento necessárias ao país;
- exige outro rumo que passe pelo aprofundamento daqueles direitos, incluindo a procura intencional da compatibilização entre trabalho e vida pessoal e a melhoria das condições de vida de quem trabalha;
- condena o discurso retrógrado que pretende fazer da precariedade no trabalho um sintoma de modernidade e opõe-se frontalmente às opções políticas e legislativas que se sustentam desse discurso;
- condena as políticas de desinvestimento e degradação dos serviços públicos e defende o

aprofundamento da responsabilidade directa do Estado pelas funções sociais a que está constitucionalmente obrigado;

- opõe-se ao raciocínio político que pretende que a crise causada pelo capitalismo se resolve com a asfixia dos serviços públicos, a desresponsabilização do Estado e o favorecimento de interesses privados nestas áreas;

- declara a sua determinação em lutar pelos direitos conquistados, hoje sistematicamente ameaçados, rejeitando o falseamento da sua natureza pelos que os descrevem como privilégios.

O 10.º Congresso Nacional dos Professores exorta os docentes a lutar, em conjunto com os outros trabalhadores, pelo direito ao trabalho, pelo trabalho com direitos e por serviços públicos de qualidade, determinantes para quem, como os professores e educadores, vive do seu trabalho. Um país mais justo e desenvolvido requer o empenho nesta luta, contra as lógicas políticas e económicas que têm fomentado a regressão social.

Aprovada por unanimidade